



ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENDA
Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

MODALIDADE DA EMENDA Individual
TIPLO DE EMENDA Aprop. - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA 90000000 - Nacional
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA M. Direitos Humanos-Ad. Dir.

ORÇAMENTO FISCAL
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO 14.422.2016.218B.0001

Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
Iniciativa apoiada(unidade)

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)
GND 4 Investimentos

MOD. APLICAÇÃO 90 Aplic. Diretas
RP 2
Valor Acrescido 30.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS
SEQUENCIAL FONTE GND 020000 188 9 Reserva de Contingência 90 Aplic. Diretas

MOD. APLICAÇÃO 90 Aplic. Diretas
ID RP 0 1
Valor Deduzido 30.000.000

JUSTIFICATIVA
Enquanto o governo reserva 378,9 bilhões para o pagamento de juros e encargos da dívida em 2019, a previsão orçamentária para a promoção de políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres sofreu uma redução de mais de 20 milhões, em comparação ao ano anterior. Vale ressaltar que o corte ocorre num contexto em que a uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil (OMS) e um estupro ocorre a cada 11 minutos (FBSP 2017). Após a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no primeiro governo Lula, em 2003, e durante a gestão da Presidente Dilma Rousseff, o governo federal passou a promover não apenas a transversalização das políticas para as mulheres, por meio do diálogo institucional e de ações interministeriais, mas também a ampliação e especialização das ações, ao apoiar a estruturação de organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres e o fortalecimento dos Conselhos. As estruturas criadas tiveram papel fundamental na realização de quatro Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, na elaboração de Planos Nacionais, Estaduais e Distrital de Políticas para as Mulheres e na implementação de diversos programas e ações de enfrentamento à violência, promoção da autonomia, ampliação da participação política, etc.

Nos últimos anos, no entanto, sob a justificativa da crise econômica, governos de todas as esferas, incluindo o governo federal, rebaixaram ou extinguiram os organismos de políticas para as mulheres anteriormente criados. Os impactos desse retrocesso podem ser notados no aumento dos índices de violência, na diminuição da oferta de políticas e serviços públicos, na ampliação das tarefas domésticas e de cuidado a cargo das mulheres, no aumento do desemprego e da proteção social e consequente ampliação de sua vulnerabilidade.

A aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou os gastos públicos por 20 anos e da Reforma Trabalhista, e a proposta de Reforma da Previdência, que está em tramitação avançada no Congresso Nacional, além de propostas que visam impor retrocessos aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e vedar a própria discussão de gênero, aprofundam as desigualdades vivenciadas pelas mulheres. Desde 2015, foi reduzido em 67% o número de serviços especializados oferecidos às mulheres vítimas de violência em razão dos cortes orçamentários. Para reverter esse quadro de declínio, que contraria uma série de compromissos internacionais firmados pelo Brasil no tocante à promoção da igualdade de gênero, é preciso fortalecer os organismos específicos de políticas para as mulheres, a exemplo das secretarias e coordenadorias, em todas as esferas de governo, e os respectivos conselhos fiscalizadores e propositores, garantindo a destinação de orçamento suficiente para a implementação de políticas públicas e reposicionando o combate à violência contra as mulheres e a promoção da igualdade de gênero dentre as prioridades dos governos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2826 - Erika Kokay